

Da cultura política: uma recuperação conceitual do tema

Josbertini Virginio Clementino

Doutorando em Ciência Política pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP da Universidade de Lisboa

email: josbertini@uol.com.br

<https://orcid.org/0009-0005-9226-8112>

Resumo

Este artigo tem por objeto estabelecer um debate acerca da temática cultura política. Para tanto, segmenta-se em dois blocos. O primeiro sobre o resgate da construção do conceito *cultura política*, por meio de uma revisão da literatura, trazendo proposições, leituras e compreensões de estudiosos do tema. O segundo sobre a extensa contribuição de Gabriel A. Almond e Sidney Verba com o tema cultura política a partir do livro *The civic culture*, considerado a obra fundacional desse campo do conhecimento por seu impacto e sua influência na Ciência Política; ainda nesse bloco, apresentam-se críticas e considerações acerca das bases conceituais e metodológicas lançadas no referido livro, além de breves reflexões de Ronald Inglehart e Robert D. Putnam, considerados dois importantes autores culturalistas da segunda geração.

Palavras-chave cultura; cultura cívica; cultura política.

On political culture: a conceptual resumption of the theme

Abstract

This article aims to establish a debate on political culture as a theme. To do this, it is divided into two blocks. The first is about resuming the making of *political culture* as a concept through literature review, bringing propositions, readings, and views by scholars on the subject. The second is about the extensive contribution of Gabriel A. Almond and Sidney Verba to political culture as a theme based on the book *The civic culture*, regarded as the foundational work in this field of knowledge due to its impact and influence on Political Science; also in this block, criticism and considerations regarding the conceptual and methodological bases launched in the aforementioned book are brought, in addition to brief reflections by Ronald Inglehart and Robert D. Putnam, considered two major second-generation culturalist authors.

Key words culture; civic culture; political culture.

Sobre la cultura política: una recuperación conceptual del tema

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo establecer un debate sobre el tema cultura política. Para ello, se divide en dos bloques. El primero trata de rescatar la construcción del concepto *cultura política* a través de una revisión de la literatura, trayendo proposiciones, lecturas y comprensiones de estudiosos sobre el tema. El segundo trata sobre el amplio aporte de Gabriel A. Almond y Sidney Verba al tema cultura política a partir del libro *The civic culture*, considerado como la obra fundacional en este campo del conocimiento por su impacto e influencia en la Ciencia Política; también en este bloque se aportan críticas y consideraciones respecto a las bases conceptuales y metodológicas lanzadas en el mencionado libro, además de breves reflexiones de Ronald Inglehart y Robert D. Putnam, considerados dos importantes autores culturalistas de la segunda generación.

Palabras clave cultura; cultura cívica; cultura política.

Sur la culture politique: une récupération conceptuelle du thème

Résumé

L'objectif de cet article est d'établir un débat sur le thème culture politique. Pour ce faire, il est divisé en deux blocs. Le premier sur la récupération de la construction du concept *culture politique*, à travers une revue de la littérature, apportant des propositions, des lectures et des compréhensions de chercheurs sur le sujet. Le deuxième traite de la vaste contribution de Gabriel A. Almond et Sidney Verba au thème culture politique à partir du livre *The civic culture*, considéré comme l'ouvrage fondateur dans ce domaine de la connaissance en raison de son impact et de son influence sur la science politique; dans ce bloc également, sont présentées des critiques et des considérations concernant les bases conceptuelles et méthodologiques lancées dans le livre susmentionné, en plus de brèves réflexions de Ronald Inglehart et Robert D. Putnam, considérés comme deux importants auteurs culturalistes de la deuxième génération.

Mots-clés culture; culture civique; culture politique.

Introdução

O termo *cultura política* está sujeito a polissemia, ou seja, a possibilidade de assumir mais de um significado. Tal característica é observada em diversos debates acadêmicos sobre a política, por isso, primeiro, deve-se esmiuçar as diferentes compreensões teóricas existentes para em seguida delimitar o campo de estudo para o debate.

No século XX, observou-se que o conceito *cultura política* alcançou a condição de área específica da Ciência Política. Durante um período, confundiu-se *cultura política* com *estudos sobre cultura*, em especial a *sociologia da cultura*, quando na verdade são definições distintas e que eventualmente se contrapõem. A *cultura política*, como campo da Ciência Política, não confunde nem embaralha a conceituação de comportamento e de cultura, mas descreve e alinha o termo de outra maneira.

Diante do estado da arte existente, busca-se estabelecer aqui um debate acerca da cultura política com o objetivo de conhecer o terreno da produção reflexiva sobre o tema e compreender, por meio da multiplicidade de visões, as diversas possibilidades interpretativas, bem como seu impacto e sua influência no campo da Ciência Política.

A metodologia trabalhada neste artigo é de natureza descritiva e analítica, mediante pesquisa bibliográfica em periódicos, livros, artigos científicos, publicações e levantamentos de informações na internet. Para tanto, as leituras, interpretações, proposições, descrições, compreensões e citações sempre exploram as ideias-chave do tema central deste estudo.

Aqui, também se realiza uma abordagem qualitativa, segmentada em dois blocos. No primeiro, resgata-se a construção conceitual de cultura política com uma revisão literária, trazendo proposições, leituras e compreensões de estudiosos. Em seguida, o segundo bloco busca identificar o contributo de Gabriel A. Almond e Sidney Verba com a cultura política a partir do livro *The civic culture*, considerado a obra fundacional desse campo do conhecimento por seu impacto e sua influência na Ciência Política; e nesse mesmo bloco se apresenta o registro de críticas e considerações acerca das bases conceituais e metodológicas difundidas na referida obra, além de reflexões e apontamentos de Ronald Inglehart e Robert D. Putnam, considerados dois importantes autores culturalistas da segunda geração.

Cultura política: em busca de uma definição

O conceito cultura política já foi percebido e avistado em séculos pretéritos, quando diversos autores clássicos, como Locke, Maquiavel, Montesquieu, Tocqueville, Sólon e Weber, estabeleceram relações das tradições culturalistas e dos valores coletivos com os comportamentos políticos de uma sociedade em certo momento histórico e empregaram categorias culturais como socialização política, cultura política das elites e mudança na cultura em suas análises (Almond, 1990).

Contudo, o referido conceito é um pouco controverso, polissêmico e não tão simples e trivial de ser compreendido. Tanto que para Elkins e Simeon (1979, p. 127), “cultura política é um dos conceitos mais populares e sedutores da Ciência Política, mas também o mais controverso e confuso”.

Segundo Brown (1984, p. 5, tradução nossa), o conceito cultura política pode ser interpretado a partir de um “conceito guarda-chuva”, podendo agregar diversos significados, por vezes com pouco consenso entre si, e suas diversas concepções e significações podem estar sob o mesmo resguardo.

Ainda cabe ressaltar que, por ter sido um conceito que se consolidou na conjuntura do mundo bipolar da Guerra Fria, houve certa incorporação ideológica do termo cultura política. Muitos pensadores norte-americanos buscaram compreender as condições necessárias para assegurar as democracias, em contraponto ao socialismo soviético. Por isso, em determinado período, existiu maior foco na relação entre democracia e cultura política (Castro, 2008).

No *Dicionário de política* de Norberto Bobbio, Sani (1986, p. 306) define cultura política como: “conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos”.

Para Cerqueira (1996), na conceituação de Sani (1986) há uma tentativa de delimitar a cultura política como área específica e genuína da Ciência Política, dentro de um contexto cultural. Entretanto, existem inconsistências nessa definição, haja vista que normas e atitudes são completamente diferentes: a primeira trata das condutas sociais do indivíduo e a segunda se refere à ação do indivíduo, que pode ser anterior ao cumprimento e à aceitação da norma. Além disso, o uso da terminologia “mais ou menos” revela um elevado grau de indeterminação, que pode acarretar problemas no uso do termo cultura política.

Segundo Castro (2008, p. 3), há certa “confusão” conceitual na construção e no entendimento do campo da cultura política, pois ele acredita que houve um duplo debate teórico acerca do estudo acadêmico nesse caso. Para esse cientista político, existe um intenso debate teórico sobre cultura e sua relação com a política, mormente no que se assentou denominar *estudos culturais*¹, e ele contextualiza melhor a assertiva:

Uma das origens da confusão está justamente nas duas palavras que compõem o termo cultura política. O conceito de cultura política consagrado na literatura

¹ Um campo de investigação e análise cultural engajada teórica, política e empiricamente, desenvolvido por acadêmicos britânicos no final dos anos 1950, onde se concentrava a dinâmica política da cultura contemporânea. Os pesquisadores de estudos culturais geralmente investigam como as práticas culturais se relacionam com os sistemas mais amplos de poder, associados ou operando por meio de fenômenos sociais como ideologia, estrutura de classe, etnia, geração e formação nacional. Embora os estudos culturais às vezes sejam interpretados como o estudo da cultura popular, eles são, de fato, o estudo sobre as maneiras pelas quais a cultura é construída e organizada e as maneiras pelas quais ela evolui e muda ao longo do tempo. Para um conhecimento minucioso sobre esta área de investigação, ver Storey (1996).

não surge da união conceitual de “cultura” e de “política”, mas de uma proposição normativa. Na realidade, não se trata de adjetivar ou delimitar cultura. A tentação de se unir estes dois conceitos para formar uma terceira categoria analítica pode constituir-se em um campo bastante promissor de debate teórico e de pesquisa empírica [...] (Castro, 2008, p. 4).

Há diversos outros entendimentos sobre o termo cultura política. Para Lynch (2017, p. 6), a abordagem da cultura política deve ocorrer da seguinte maneira:

A política repousa sobre o dado da pluralidade humana no contexto de uma comunidade composta de seres de múltiplas crenças e interesses, sendo por seu intermédio que indivíduos e grupos negociam, implantam e asseguram o cumprimento das diferentes demandas que formulam entre si ou [em] face da coletividade. Por cultura política, entenderemos aqui o conjunto de discursos ou práticas simbólicas por que tais demandas são efetuadas, conferindo identidades aos indivíduos e grupos, indicando-lhes os limites de suas comunidades e definindo as posições a partir das quais podem demandar. Ela constitui os significados dos conceitos e das palavras por que essas demandas são elaboradas, a natureza dos contextos de sua produção e a autoridade dos princípios a que elas se vinculam. Além disso, a cultura política condiciona o modo de organização e compreensão das instituições, modelando as constituições e os poderes das agências nelas previstas, bem como os procedimentos de resolução dos litígios e cumprimento das decisões que dela resultam. A própria construção da figura da autoridade política em uma comunidade é uma questão de autoridade linguística inerente à cultura política, já que as funções políticas são definidas como legítimas e como tal alocadas a partir dos discursos ou ideologias políticas existentes no seu interior.

Para Kuschnir e Carneiro (1999, p. 227), cultura política é um conceito multidisciplinar que transcorre pelas perspectivas sociológicas, antropológicas e psicológicas, podendo ser precisado como um “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”.

Já Moisés (2008, p. 16) entende cultura política como “variedade de atitudes, crenças e valores políticos – como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional – que afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública”.

The *civic culture* como marco delimitador da cultura política no campo de estudo da Ciência Política

Pode-se dizer que somente a partir das décadas de 1950 e 60 o termo cultura política deixa de ser compreendido como uma derivação de debates culturais ou de considerações de ordem semântica, sendo alçado à condição de campo de estudo próprio da Ciência Política, em uma tentativa de compreender e explicar a conduta psicológica dos cidadãos e sua relação com a realidade comunitária de uma sociedade política. Esse marco é constituído a partir da publicação de um artigo pelo cientista político estadunidense Gabriel A. Almond em 1956, cujas ideias foram apresentadas no ano anterior em uma conferência sobre Política Comparada na Universidade de Princeton (Castro, 2008).

A consolidação da cultura política como área específica da Ciência Política veio em 1963, com a primeira edição da clássica obra de Almond e Verba (1989)². Aqui, cultura política é conceituada como a manifestação do sistema político de determinada comunidade nos discernimentos, sentimentos e apreciações de seu povo. A obra se tornou uma referência sobre o tema e até hoje existe esse reconhecimento do pioneirismo dos estudos e das metodologias ali empregadas.

Para Lena (2012, p. 157), a referida obra de Gabriel A. Almond e Sidney Verba foi desbravadora ao introduzir uma nova interpretação para a cultura política, podendo configurá-la a partir daí como um “conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política”.

Castro (2008, p. 6) interpreta que a obra *The civic culture* inova ao salientar que o campo da cultura política, no âmbito da Ciência Política, estaria vinculado à análise comportamental da população e ele elucida essa reflexão:

A tese que permeia todo o livro *The civic culture* é a de que existe uma relação causal entre a opinião da população e a possibilidade de surgimento do sistema democrático e a sua estabilidade, e que esta relação entre os fenômenos micro analíticos e os macro analíticos pode ser conhecida empiricamente. A partir de *The civic culture*, a expressão cultura política passa a tornar-se cotidiana na Ciência Política, tanto por parte daqueles que utilizam as categorias introduzidas

2 *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries* pode ser considerada a obra fundacional da cultura política como campo de conhecimento por seu impacto e sua influência na Ciência Política. Neves (2010) descreve que o estudo orientador do livro foi baseado em um *survey* comparativo entre países (usando o mesmo questionário), que contém duas nações que teriam “cultura cívica”, no caso, Inglaterra e Estados Unidos da América (EUA); duas nações como exemplos de países que tiveram experiências totalitárias, Alemanha e Itália; e uma quinta nação, o México, identificada como um regime tradicional e obsoleto. Na aplicação do modelo comparativo, traçou-se um paralelo entre questões comportamentais inerentes à política e à democracia e ao sistema de desenvolvimento socioeconômico. Levaram-se em conta, ainda, quesitos subjetivos de orientação política das elites, bem como das massas, buscando uma aproximação da visão macro e micro da política.

por Almond e Verba, como por aqueles que simplesmente negam a sua existência como instrumental de análise da realidade.

Em uma avaliação do ponto de vista temporal, o próprio Almond (1990) faz uma consideração interessante acerca do campo de estudo da cultura política, que se consolidou historicamente em meados do século XX, atribuindo dois fatores a isso: desesperança na conjuntura dos ideários liberais e iluministas; e ascensão de abordagens e técnicas metodológicas que passaram a tratar os aspectos dessa ordem com maior objetividade.

Segundo Neves (2010), esse contexto de ascendência e desenvolvimento de métodos quantitativos de pesquisa nas ciências humanas possibilitou que investigadores auferissem expressivos resultados a partir de modelos estatísticos que estabeleciam vínculos causais entre as diversas variáveis existentes. Como resultado desse processo, algumas abordagens metodológicas, como *panel studies* e *surveys*³, foram difundidas com mais força, esta última é muito usada até hoje em investigações de Ciência Política, por exemplo, nos estudos de opinião pública e nas demais áreas das Ciências Sociais.

Na concepção de questões metodológicas da cultura política no âmbito da Ciência Política, Almond e Verba (1989) distinguem 3 diferentes formas de orientação política que emergem da avaliação subjetiva dos indivíduos diante dos sistemas políticos nos quais estão inseridos, a saber: a) orientação cognitiva, que exprime o entendimento do sistema político e a confiança nele, em suas práticas, representantes, *inputs* e *outputs*; b) orientação afetiva, fundamentada nas percepções individuais perante o sistema político; e c) orientação avaliativa, pautada pela análise que o indivíduo faz a partir da conjunção de fundamentos cognitivos e afetivos, possibilitando a apreciação e manifestação de determinado ponto de vista em relação à estrutura política.

Em seguida, embasados nessa categorização, Almond e Verba (1989) apontam a ocorrência de 3 tipos de cultura política que podem ser percebidos em diferentes sociedades e sistemas políticos: a) a cultura política paroquial, observada em sociedades com organização simples, por exemplo, sociedades tribais, com baixo nível de participação política, ausência de instituições políticas especializadas e pouca diferenciação de papéis entre as esferas *política*, *econômica* e *religiosa*; b) a cultura política de sujeição, vista em sociedades cujos indivíduos seguem as ordenações do sistema político, especialmente as estruturas executivas e administrativas responsáveis por encaminhar demandas da população e dos indivíduos (nesse tipo de cultura política, encontra-se substancialmente

3 *Survey* é uma tipologia de pesquisa social, com metodologia quantitativa de levantamento de dados a partir de entrevistas com a população, que são compiladas e formam uma base de dados tratada estatisticamente. O estudo das opiniões auferidas por meio de questionários estruturados e aplicados em bases amostrais possibilita, por meio de análises especializadas, conhecer o comportamento político do bloco de entrevistados. *Survey* é o principal instrumento de coleta de dados em estudos de cultura política. Para um aprofundamento sobre esse método de pesquisa, ver Schwarz et al. (1995).

uma sociedade passiva, típica de modelos de Estados autoritários); e c) a cultura política participativa, que se caracteriza por sociedades inseridas em sistemas democráticos nos quais a população tem papel ativo e entende e delibera sobre política, mesmo que seu julgamento do sistema nem sempre seja auspicioso. Almond e Verba (1989, p. 6) consideram que essa tipologia seria ideal, caracterizando a democracia como o sistema plausível em sociedades nas quais predomina a cultura política participante, a chamada “cultura cívica”, ou seja, “nem tradicional, nem moderna; [...] uma cultura pluralista baseada na comunicação e na persuasão, uma cultura do consenso e da diversidade, uma cultura que permita a mudança, mas a modere”.

Existem considerações e críticas a Almond e Verba (1989), coloca-se que há uma abordagem excessivamente estática de cultura política como algo que não se modificaria com o tempo. Por exemplo, seria um equívoco compreender que um país que não tiver como requisito pleno e necessário determinado tipo de cultura política, no caso a cultura cívica, custará a desenvolver uma ambiência com instituições fortes visando à consolidação da democracia. Outro aspecto apontado pelos críticos é que os autores de *The civic culture* valorizaram muito o modelo anglo-saxão em detrimento de outros modelos, tornando a cultura cívica quase que um modelo normativo, sem perspectiva de alternativas. Esse panorama desconsidera as diversas culturas políticas, pois seria decorrente de experimentos históricos díspares, sem a mesma configuração institucional (Castro, 1998).

Toda essa singular reflexão sobre cultura política da obra *The civic culture* se firmou como dominante desde sua primeira edição e novas proposições relativas ao tema surgiram apenas a partir da década de 1980. Nesse ínterim, existiu certa produção sobre novos conceitos de cultura, destacando-se Geertz (1973), colocando que a cultura é formada por teias de significado tecidas pelo homem que orientariam a existência da humanidade. O referido significado seria atribuído pelos próprios homens, bem como suas ações (Neves, 2010).

Entre as décadas de 1980 e 90 despontou uma segunda geração de autores culturalistas⁴, que recobram as investigações sobre cultura política, tendo como principais expoentes Inglehart (1988) e Putnam (1996). Eles trabalham uma abordagem que acredita que a cultura política deva ser usada como instrumento analítico para a pesquisa de crenças, valores e identidades dos distintos agrupamentos da sociedade.

Inglehart (1988) critica a “abordagem da escolha racional”⁵, baseada em variáveis econômicas, e reafirma a relevância dos fatores culturais, evidenciando que, apesar dos

⁴ Baquero e Prá (2007, p. 19) compreendem que “mesmo separados por um lapso de tempo significativo, esses autores convergem para o princípio de que a difusão de determinados padrões culturais na sociedade constitui a base para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos que dão sustentação aos regimes políticos”.

⁵ Para Peralta (2010, p. 64), a teoria ou abordagem da escolha racional “propõe que os indivíduos agem para atingir seus interesses ou preferências, comparando os custos e benefícios de suas ações, e que os padrões de comportamento nas sociedades refletem o conjunto destas escolhas. Ou seja, fenômenos sociais devem ser explicados usando-se como referência a ação individual. Segundo a teoria, a racionalidade de uma ação é garantida quando deriva dos interesses e das crenças do indivíduo, e estas crenças são coerentes com as informações obtidas por ele”.

fatores econômicos serem muito relevantes, as atitudes políticas são preponderantes para as sociedades, haja vista serem duradouras, apesar de não imutáveis, tendo grande influência política e forte ligação com a viabilidade das instituições democráticas (Gimenes, 2014, p. 91).

Do ponto de vista da interpretação da cultura política, Inglehart (1988) traz relevantes diferenciações de enfoque em relação ao clássico Almond e Verba (1989). Surge uma nova categorização de cultura política, segmentada em 3 abordagens diferenciadas da democracia: a) abordagem da legitimidade; b) abordagem do capital social; e c) abordagem da emancipação (Cardoso, 2012).

Já Putnam (1996) revela inovações ao apontar uma relação de causalidade entre desempenho institucional e comunidade cívica, indicando que esse seria um fator determinante para a qualidade das democracias. O fundamento do pensamento de Putnam (1996) é que uma sociedade civil ativa se mostra primordial para a consolidação de uma ordem política democrática (Santos, 2016).

Quando Putnam (1996, p. 192-194) formula e explica a comunidade cívica, a partir de sua análise sobre a assimetria da performance institucional verificada nas regiões norte e sul da Itália, deixa claro que as diferenças entre o civismo nas diversas regiões estão relacionadas com suas próprias raízes histórico-culturais:

A comunidade cívica tem raízes históricas. Esta é uma afirmação deprimente para os que vêm à reforma institucional como estratégia de mudança política. O presidente da Basilicata não pode transferir seu governo para a Emília, e o primeiro-ministro do Azerbaijão não pode transferir seu governo para o Báltico. Uma teoria da mudança que dê prioridade ao *éthos* pode ter consequências desastrosas [...]. Pode acabar solapando as iniciativas de mudança por acreditar-se que as pessoas estão inapelavelmente enredadas num *éthos*. Mais de um regionalista italiano declarou-nos em particular que a divulgação de nossos resultados pode indeliberadamente prejudicar o movimento da reforma regional. Um competente presidente de uma região não cívica e partidário da reforma regional exclamou ao ouvir nossas conclusões: “isso é aconselhar o desespero! O que vocês estão me dizendo é que nada que eu venha a fazer melhorará nossas perspectivas de êxito. O destino da reforma já estava traçado há séculos” [...]. Criar capital não será fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, nota-se que não é simples compreender o conceito de cultura política, haja vista a diversidade de pensadores e estudiosos que refletem sobre a temática. Entretanto, a recuperação desse conceito se mostra imperiosa, ainda mais quando constitui uma área específica da Ciência Política.

Percebe-se que se trata de um conceito multidisciplinar, envolvendo a combinação de perspectivas históricas, antropológicas, sociológicas, psicológicas e econômicas na análise de fatores e na observação dos fenômenos políticos e do poder. Cabe considerar um dos pontos centrais da cultura política a compreensão de normas, condutas e valores revelados pelos indivíduos, bem como sua correlação com o contexto histórico e institucional. E mostra-se imprescindível considerar todos esses fatores agregando crenças e características básicas de uma sociedade para chegar ao denominador dos pontos principais que evidenciarão determinada cultura política.

Apesar de suas limitações, bem como das considerações e críticas, Almond e Verba (1989) se mostra fundamental para a compreensão da cultura política como campo da Ciência Política propriamente dita, dando inclusive oportunidade de, a partir da primeira edição de *The civic culture*, desencadear uma série de reflexões, debates teóricos, oportunidades de melhoria e complementações do conceito.

Nos dias atuais, compreende-se que o conceito de cultura política deve ser ampliado, pois as realidades são diferentes e os enunciados de Almond e Verba (1989), a partir de uma concepção normativa, não abarcam as infindas realidades abordadas por autores culturalistas da segunda geração, como Inglehart (1988) e Putnam (1996). Essas evoluções usuais no âmbito da Ciência Política permitiram que hoje se alargasse o pensamento precípuo descrito no ano de 1963 acerca da cultura política.

Assim, em substituição à metodologia concebida e proposta por Almond e Verba (1989), na qual meramente se enquadrava determinada sociedade em uma tipologia conceitual desenvolvida na década de 1960, na atualidade os estudos de cultura política carecem de uma busca por compreender a realidade das diversas experiências e perspectivas históricas e estruturais de cada sociedade, já que cada uma delas não terá necessariamente a mesma conformação institucional. As múltiplas dinâmicas e tradições construídas ao longo do itinerário formativo de cada sociedade, para além das atitudes e dos comportamentos políticos dos indivíduos em relação ao sistema político, devem ser resgatadas para distinguir suas culturas políticas próprias.

Referências bibliográficas

- Almond, G. A. (1990). *A discipline divided: schools and sects in political science*. Sage.
- Almond, G. A., & Verba, S. (1989). *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries*. Sage.
- Baqueiro, M., & Prá, J. R. (2007). *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Ed. UFRGS.
- Brown, A. (1984). *Political culture and communist studies*. McMillan.
- Cardoso, G. R. (2012). Perspectivas sobre a participação política em Inglehart e Putnam: origens, aproximações e divergências. *Em Tese*, 9(2), 1-13.

-
- Castro, H. C. O. (1998). Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa da explicação do comportamento político não democrático. In M. Baquero, H. C. O. Castro, & R. Gonzalez (Orgs.), *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política* (pp. 30-49). Ed. UFRGS.
- Castro, H. C. O. (2008). Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 2(1). file:///D:/Cultura_politica_a_tentativa_de_construcao_de_um_c.pdf
- Cerqueira, A. S. L. G. (1996). A validade do conceito de cultura política. In *Anais do 10o Encontro Regional da ANPUH* (pp. 76-82), Rio de Janeiro, RJ.
- Elkins, D. J., & Simeon, R. E. B. (1979). A cause in search of its effect, or what does political culture explain? *Comparative Politics*, 11(2), 127-145.
- Geertz, C. (1973). *The Interpretation of cultures*. Basic Books.
- Gimenes, E. R. (2014). Cultura política e democracia: resultados empíricos sob a perspectiva local. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, 2(1), 88-112.
- Inglehart, R. (1988). The renaissance of political culture. *American Political Science Review*, 82(4), 1203-1230.
- Kuschnir, K., & Carneiro, L. P. (1999). As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, 13(24), 227-250.
- Lena, H., Júnior. (2012). Uma reflexão acerca do conceito de cultura política. *Confluências*, 12(1), 155-176.
- Lynch, C. E. C. (2017). Cultura política brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, 36, 4-19.
- MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia - Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- Moisés, J. A. (2008). Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66), 11-43.
- Neves, R. F. (2010). *Cultura política e elementos de análise da política venezuelana*. Fundação Alexandre de Gusmão.
- Peralta, N. (2010). A contribuição da teoria da escolha racional para o debate sobre o uso comum dos recursos naturais. *Uakari*, 6, 61-72.
- Putnam, R. D. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Ed. FGV.
- Sani, G. (1986). Cultura política. In N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino, *Dicionário de política* (pp. 306-308). Ed. UnB.
- Santos, B. V. (2016). *A recepção da cultura política na ciência política brasileira* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Schwarz, N., Groves, R. M., & Schuman, H. (1995). *Survey methods*. University of Michigan.

Para citar este artigo

Norma ABNT

CLEMENTINO, J. V. Da cultura política: uma recuperação conceitual do tema. Conhecer: **Debate entre o Público e o Privado**, v. 14, n. 32, p. 94-105, 2024.

Norma APA

Clementino, J. V. (2024). Da cultura política: uma recuperação conceitual do tema. Conhecer: *Debate entre o Público e o Privado*, 14(32), 94-105.

Norma Vancouver

Clementino JV. Da cultura política: uma recuperação conceitual do tema. Conhecer: Debate entre o Público e o Privado, [Internet]. 2024 [cited janeiro 08, 2024]; 14(32):94-105.
Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/14114>